

Edmar Oliveira Andrade Filho

Consultor e advogado em São Paulo

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Membro Benemérito da Associação Paulista de Estudos Tributários (APET)

IMPOSTO DE RENDA DAS EMPRESAS

lucro real e lucro arbitrado

14^a edição

*revista, reformulada e atualizada de acordo
com o Decreto n. 9.580/18, que instituiu o novo
Regulamento do Imposto de Renda*

MP
EDITORA



SUMÁRIO

Apresentação	31
Abreviaturas utilizadas	33
Capítulo 1	
O PODER JURÍDICO TRIBUTÁRIO E OS SEUS LIMITES	35
1.1 A fonte do poder jurídico tributário	35
1.2 Princípios e regras constitucionais	36
1.2.1 Legalidade e tipicidade	37
1.2.2 Irretroatividade	38
1.2.3 Anterioridade	39
1.2.4 Isonomia ou igualdade	40
1.2.5 Capacidade contributiva	41
1.2.6 Proibição de confisco	43
1.3 Supremacia das normas constitucionais	43
1.4 Normas gerais de direito tributário	45
1.4.1 Código Tributário Nacional	45
1.4.2 Conceitos de direito privado	46
1.4.3 Interpretação e aplicação de normas tributárias	47
Capítulo 2	
FATO GERADOR DO IMPOSTO DE RENDA	51
2.1 Conceitos de renda e lucro	51
2.1.1 Acréscimo patrimonial	52
2.1.2 Tributação de ganhos obtidos em atividades ilícitas	52
2.2 O conceito de renda no Código Tributário Nacional	53
2.2.1 Realização e separação da renda	54

2.3 Aspecto temporal do fato gerador do IRPJ	56
2.4 Aspecto espacial do fato gerador	57
2.5 Aspecto material do fato gerador do IRPJ	58
Capítulo 3	
CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEIS TRIBUTÁRIOS	63
3.1 Modalidades de sujeitos passivos	63
3.2 Conceito e existência da pessoa jurídica	64
3.2.1 Empresas individuais	65
3.2.2 Fundos de investimentos imobiliários	66
3.2.3 Consórcios de empresas	66
3.2.4 Sociedades de prestação de serviços intelectuais	67
3.2.5 Pessoa física equiparada à jurídica	68
3.2.6 Filiais, sucursais e agências de pessoas jurídicas com sede no exterior	68
3.2.7 Mandatários e comissários de comitentes domiciliados no exterior	70
3.2.8 O mau uso da personalidade jurídica	71
3.3 Imunidade	72
3.4 Isenção	73
Capítulo 4	
ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL	75
4.1 Registro e mensuração dos fatos contábeis	75
4.2 Integridade e tempestividade dos registros contábeis	77
4.3 Métodos e critérios	78
4.4 Forma de escrituração	79
4.4.1 Escrituração por meio eletrônico	80
4.4.2 Livros contábeis e fiscais obrigatórios	81

4.5 Sanções pela falta de escrituração	82
4.6 Livros e comprovantes como elementos de prova	82
4.7 Extravio e guarda dos documentos e livros	84
4.8 Documentos em língua estrangeira	84
4.9 Falsificação de livros e documentos	85
Capítulo 5	
O LUCRO CONTÁBIL COMO BASE PARA APURAÇÃO DO LUCRO REAL	87
5.1 Perfil normativo do lucro real	87
5.1.1 Adições e exclusões	91
5.1.2 Compensações	93
5.2 A separação entre escrituração contábil e fiscal no Decreto-lei n. 1.598/77	94
5.3 A importante função do art. 58 da Lei n. 12.973/14	100
Capítulo 6	
REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA	103
6.1 O registro das mutações patrimoniais	103
6.2 Finalidade do regime de competência	105
6.3 Regime de caixa	108
6.4 Diretrizes gerais para o reconhecimento contábil de receitas	111
6.4.1 Receita ganha ou realizada	113
6.4.2 Receita diferida	116
6.4.3 Negócio sob condição e valores <i>sub judice</i>	117
6.5 Reconhecimento de custos, despesas, encargos e perdas	119
6.5.1 Custos e despesas incorridas	120
6.5.2 Custos	122
6.5.3 Despesas	123
6.5.4 Encargos	124

6.5.5 Perdas	124
6.5.6 Provisões	125
6.5.7 Participações	126
6.6 Inobservância do regime de competência	127
Capítulo 7	
RECEITA BRUTA DE VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	131
7.1 As diversas fontes das receitas	131
7.2 Mensuração das receitas	134
7.2.1 Valores transferidos a terceiros	135
7.2.2 Reembolso e rateio de despesas	136
7.2.3 Receita de exportação	137
7.3 Reconhecimento das receitas de venda de bens	138
7.3.1 Receita obtida ao longo do tempo	142
7.3.2 Faturamento antecipado e venda para entrega futura	143
7.3.3 Venda sob condição suspensiva	145
7.3.4 Vendas com reserva de domínio	146
7.3.5 Venda a termo	147
7.3.6 Venda com preço a determinar	148
7.3.7 Venda em consignação	149
7.3.8 Vendas em regime de distribuição	151
7.3.9 Receita da venda de bens imóveis	151
7.4 Operação de conta alheia	153
7.5 Troca ou permuta	157
7.6 Contratos de fornecimento de bens e serviços a longo prazo	159
7.7 Receitas de contratos com entidades governamentais	160
7.8 Contratos de concessão de serviços públicos	161
7.9 Arrendamento mercantil	162

Capítulo 8	
RECEITAS FINANCEIRAS	165
8.1 Imputação aos resultados	165
8.2 Variações monetárias e cambiais	166
8.3 Descontos obtidos	168
8.4 Ajuste ao valor presente de passivos	169
Capítulo 9	
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	171
9.1 Lucros distribuídos e recebidos	171
9.2 Recebimento de ações ou quotas bonificadas	174
9.3 Participação nos lucros por debêntures e partes beneficiárias	175
9.4 Distribuição de lucros com isenção de IRF	176
9.4.1 Distribuição desproporcional de lucros	177
9.4.2 Instrumentos híbridos de participação e dívida	178
Capítulo 10	
OMISSÃO DE RECEITAS	181
10.1 Conceito e hipóteses de ocorrência	181
10.2 Passivo fictício	182
10.3 Saldo credor de caixa	183
10.4 Falta de escrituração de pagamentos efetuados	183
10.5 Suprimentos de caixa	184
10.6 Falta de emissão de documento fiscal e subfaturamento	185
10.7 Depósitos bancários	186
10.8 Prova	187
10.8.1 Prova emprestada	188
10.8.2 Informação prestada por terceiro	189

10.9 Critérios de arbitramento	189
10.10 Regime de tributação	191
Capítulo 11	
OUTRAS RECEITAS	193
11.1 Reversão de provisões	193
11.2 Devolução de tributos pagos indevidamente	194
11.2.1 Momento em que deve ocorrer a tributação	194
11.2.2 Tributação dos juros	196
11.3 Indenizações	197
11.4 Bonificações recebidas	198
11.5 Extinção parcial de obrigações na recuperação judicial	200
11.6 Incentivos fiscais à solicitação de documentos fiscais	201
11.7 Anistia de juros, multas e encargos tributários	201
11.8 Ganho por compra vantajosa	202
11.9 Perdão de dívida	204
11.10 Subvenções e doações recebidas	205
11.10.1 Subvenções para custeio e concedidas por empresas privadas	206
11.10.2 Subvenções para investimento	206
11.11 Doações recebidas	211
Capítulo 12	
GANHOS DE CAPITAL	213
12.1 Qualificação jurídica	213
12.2 Fato gerador	213
12.2.1 Momento do registro contábil e fiscal	215
12.2.2 Forma de apuração	217
12.3 Devolução de capital em bens ou direitos	219

12.4 Venda de bens do ativo permanente a longo prazo	224
12.5 Ganhos em desapropriação e na reversão de bens vinculados à concessão	224
12.6 Alienação de títulos da dívida pública no âmbito do PND	226
12.7 Ágio na emissão de ações	227
12.7.1 Justificação econômica do ágio	228
12.7.2 Critérios para fixação do valor do ágio	232
12.8 Alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição	233
12.9 Prêmio na emissão de debêntures	234
12.10 Lucro na venda de ações em tesouraria	235
12.11 Outros resultados não operacionais	237
Capítulo 13	
TRANSAÇÕES DE CAPITAL E GANHO DECORRENTE DO RECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS PELO VALOR JUSTO	239
13.1 Transações de capital	239
13.1.1 Operações que não devem ser reconhecidas contabilmente	240
13.2 Conceito de aplicação do valor justo	240
13.2.1 Momento da apuração	241
13.2.2 Importância e finalidade	243
13.3 Distribuição dos ganhos decorrentes do valor justo	243
13.4 Aspectos tributários	245
13.4.1 Neutralidade tributária	246
13.4.2 Realização econômica	247
13.4.3 Permuta	249
13.4.4 Redução do capital social	250
13.4.5 Integralização de capital em outra sociedade	252
13.4.6 Equivalência patrimonial sobre ganho decorrente da adoção do valor justo	256

Capítulo 14

CUSTO DOS BENS OU SERVIÇOS	257
14.1 Custos e despesas	257
14.2 Custos de revenda e produção	258
14.3 Contabilidade de custos integrada	264
14.4 Critérios de avaliação de estoques	265
14.5 Arbitramento	269
14.6 Produtos rurais	270
14.7 Ajustes de estoques ou inventários	271
14.8 Efeitos da subavaliação do valor dos estoques	272
14.9 Tributos recuperáveis	273
14.10 Prova	274

Capítulo 15

DESPESAS OPERACIONAIS DEDUTÍVEIS E NÃO DEDUTÍVEIS	275
15.1 Conceito	275
15.2 Critérios gerais de dedutibilidade	275
15.3 Fonte produtora e empresa	278
15.4 Despesa necessária e interesse da sociedade	282
15.4.1 Necessidade	284
15.4.2 Normalidade e usualidade	288
15.4.3 Interesse da sociedade e princípio da lucratividade	292
15.4.4 Atos anormais de gestão	294
15.4.5 Liberalidade e gratuidades	297
15.4.6 Despesas decorrentes de atos ilícitos	300
15.5 Critérios para reconhecimento de despesas	301
15.5.1 Despesas registradas em “outros resultados abrangentes”	304
15.5.2 Despesas pré-operacionais	305
15.5.3 Despesas pós-operacionais	305

15.6 Despesas intrinsecamente relacionadas com a produção	306
15.7 Prova	307
15.8 Rateio de despesas	310
Capítulo 16	
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	313
16.1 Participações nos lucros ou resultados	313
16.2 Participações atribuídas a debêntures e partes beneficiárias	315
16.3 Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados	316
16.4 Pagamentos baseados em ações	318
Capítulo 17	
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E PERDA DO VALOR RECUPERÁVEL	323
17.1 Noções fundamentais	323
17.2 Depreciação	325
17.2.1 Base para cálculo da depreciação	326
17.3 Requisitos de dedutibilidade	327
17.3.1 Custo de aquisição e outras bases de mensuração	328
17.3.2 Início e término da depreciação	330
17.3.3 Obrigatoriedade do registro	331
17.3.4 Taxas de depreciação e limites de dedução	331
17.3.5 Bens depreciáveis	337
17.3.6 Bens intrinsecamente relacionados com a produção	341
17.4 Depreciação acelerada	342
17.5 Amortização	344
17.6 Exaustão de recursos minerais e florestais	347
17.7 Perda do valor recuperável (<i>impairment</i>)	348

Capítulo 18

PROVISÕES E PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	353
18.1 Dedutibilidade das provisões	353
18.2 Registro contábil e tipologia das provisões	355
18.3 Comissões sobre venda	358
18.4 Provisões técnicas	358
18.5 Provisão para férias	359
18.6 Provisão para pagamento do 13º salário	360
18.7 Provisão para o imposto de renda	361
18.8 Provisão para licença-prêmio	361
18.9 Perdas no recebimento de créditos	361
18.9.1 Condições gerais de dedutibilidade	362
18.9.2 Créditos com pessoas ligadas	365
18.9.3 Encargos financeiros	365
18.9.4 Créditos recuperados	366
18.9.5 Perdas na cessão de créditos	367
18.10 Deságio na cessão de créditos de origem tributária	367
18.11 Perda do direito de compensação de créditos tributários	368
18.12 Ajuste ao valor presente	369

Capítulo 19

TRIBUTOS E MULTAS POR INFRAÇÕES	371
19.1 Dedutibilidade vinculada à ocorrência do fato gerador	371
19.2 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	372
19.3 Imposto de renda e CSLL: corrente e diferido	376
19.4 Assunção do ônus tributário	378
19.5 Tributos pagos na aquisição de bens do ativo permanente	379
19.6 Multas	379
19.7 Juros de mora	382

Capítulo 20	
DESPESAS COM PESQUISAS, <i>ROYALTIES</i> E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	385
20.1 Despesas com pesquisas científicas ou tecnológicas	385
20.2 Pesquisas de recursos naturais	386
20.3 Aluguéis	387
20.4 <i>Royalties</i>	387
20.5 Direitos autorais	391
20.6 Assistência técnica, científica ou administrativa	393
20.6.1 Limitação em função da receita líquida de vendas	395
20.6.2 Registro no INPI	397
20.7 Contraprestações de arrendamento mercantil	398
20.8 Remuneração paga a franqueador	399
20.9 Incentivos à inovação tecnológica na Lei n. 11.196/05	400
Capítulo 21	
REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES	405
21.1 Remuneração dos sócios e administradores	405
21.1.1 Administrador e gerente	407
21.1.2 Administrador empregado	408
21.1.3 Administrador não residente no país	409
21.2 Conselheiros fiscais e consultivos	409
21.3 Remuneração indireta a administradores e terceiros	410
21.3.1 Taxatividade	411
21.4 Gratificações e participações	414
21.4.1 Encargos sociais	416
21.5 Pagamentos baseados em ações	416

Capítulo 22	
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	419
22.1 Remuneração e <i>fringe benefits</i>	419
22.2 Serviços assistenciais e benefícios previdenciários	420
22.3 Planos de poupança e investimento – PAIT e FAPI	423
22.4 Formação profissional, alimentação do trabalhador e vale-transporte	423
22.5 Gratificações a empregados	425
22.6 Despesas de confraternização e prêmios	426
Capítulo 23	
DESPESAS DE PROPAGANDA E EXPANSÃO DE VENDAS	429
23.1 Despesas de propaganda	429
23.2 Empresas exportadoras de bens e serviços	431
23.3 Amostras	431
23.4 Prêmios e incentivos	432
23.5 Patrocínios	432
23.6 Brindes	433
Capítulo 24	
DOAÇÕES E OPERAÇÕES DE CARÁTER CULTURAL, ARTÍSTICO E ATIVIDADE AUDIOVISUAL	435
24.1 Contribuições e doações diversas	435
24.2 Operações de caráter cultural, artístico e atividade audiovisual	438
24.3 Outras doações	438
24.4 Contribuições patronais e para entidades de classe	439

Capítulo 25	
DESPESAS FINANCEIRAS	441
25.1 Conceito	441
25.2 Juros sobre empréstimos e financiamentos	441
25.2.1 Novas normas contábeis e a Lei n. 12.973/14	443
25.2.2 Despesa com emissão de ações e demais encargos	444
25.2.3 Aquisição de investimentos por sociedades <i>holdings</i>	445
25.2.4 Empréstimos obtidos junto a controladas no exterior	446
25.2.5 Contratos de arrendamento	446
25.2.6 Resultados em operações <i>day trade</i> , renda variável e <i>swap</i>	446
25.2.7 Perdas em operações de <i>hedge</i>	447
25.3 Variações monetárias	449
25.4 Encargos financeiros de empréstimos entre empresas ligadas	451
25.5 Correção monetária em adiantamentos para futuro aumento de capital	451
25.6 Correção monetária de dividendos a pagar	453
25.7 Subcapitalização	454
Capítulo 26	
JUROS SOBRE O CAPITAL	459
26.1 Caráter jurídico dos juros	459
26.2 Condições gerais de dedutibilidade	460
26.3 Base de cálculo	462
26.4 Período da dedução	464
26.5 Ações ou quotas em tesouraria	467
26.6 Juros sobre ações ao portador	468
26.7 Atualização monetária dos valores a pagar	468
26.8 Individualização e identificação do beneficiário	470
26.9 Distribuição desproporcional	471

26.10 Assunção do ônus do imposto devido na fonte	471
26.11 Juros pagos a usufrutuários de ações ou quotas	472
Capítulo 27	
PERDAS DE CAPITAL	473
27.1 Condições gerais de dedutibilidade	473
27.2 Dedução de parcela relativa ao valor justo	479
27.3 Outras perdas de capital	480
27.4 Perda na subscrição de capital social	480
27.5 Perda na restituição de capital aos sócios ou acionistas	482
Capítulo 28	
LUCROS, RENDIMENTOS E GANHOS DE CAPITAL OBTIDOS NO EXTERIOR	483
28.1 Legislação aplicável	483
28.2 Regimes de tributação dos rendimentos obtidos no exterior	484
28.3 Tributação dos lucros no exterior na Lei n. 12.973/14	485
28.3.1 Controle contábil: registros em subcontas	486
28.3.2 Critérios para apuração e disponibilização dos resultados positivos	487
28.3.3 Valor tributável	489
28.3.4 Conversão em moeda nacional	490
28.3.5 Deduções	490
28.4 Imposto pago no exterior	491
28.5 Comprovação do pagamento do imposto feito no exterior	493
28.6 Consolidação	494
28.7 Perdas e prejuízos	496
28.8 Variação cambial dos investimentos	496
28.9 Incentivo fiscal	497

28.10 Arbitramento de lucros	498
28.11 Acordos para evitar a dupla tributação	499
28.12 Variação de percentual de participação	502
Capítulo 29	
PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	503
29.1 Estrutura e funções das normas	503
29.2 Pessoas vinculadas e operações com paraísos fiscais ou equiparados	504
29.3 Bens, serviços e direitos adquiridos do exterior	505
29.4 Controle contábil	507
29.5 Fonte de obtenção dos preços médios	508
29.6 Métodos de arbitramento da receita de exportação	509
29.7 Pagamento ou crédito de juros	512
29.7.1 Juros passivos	512
29.7.2 Juros ativos	513
29.8 Dispensa de comprovação	514
Capítulo 30	
LUCRO DA EXPLORAÇÃO	517
30.1 Conceito e aplicação	517
30.2 Adições e exclusões	518
30.2.1 Receitas e despesas financeiras	519
30.2.2 Rendimentos e prejuízos de participações societárias	521
30.2.3 Resultados não operacionais	521
30.2.4 Lucros, rendimentos, ganhos e perdas no exterior	522
30.2.5 Reavaliação de bens	522
30.2.6 Tributos com exigibilidade suspensa	523
30.2.7 Outros ajustes	524

30.2.8 Despesas não dedutíveis	525
30.3 Forma de cálculo do lucro da exploração	527
30.4 Preços de transferência	528
Capítulo 31	
PREJUÍZOS FISCAIS, PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS E PERDAS EM TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	531
31.1 Fundamento da compensação dos prejuízos fiscais	531
31.2 Limite legal para compensação	533
31.3 Prejuízos não operacionais	534
31.4 Prejuízo fiscal apurado na atividade rural	536
31.5 Mudança de controle societário e ramo de atividade	537
31.6 Compensação em casos de incorporação, fusão, cisão e extinção	543
31.7 Perdas com títulos de renda variável	544
31.8 Transferência de prejuízos fiscais	544
31.9 Imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais	545
Capítulo 32	
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS OU CONTROLADAS AVALIADOS PELO MÉTODO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	547
32.1 Função da equivalência patrimonial	547
32.2 Investimentos sujeitos ao método	549
32.3 Cálculo e registro do ajuste	550
32.3.1 Valor do patrimônio líquido da sociedade investida	551
32.3.2 Distribuição desproporcional de lucros e usufruto	552
32.3.3 Ações ou quotas em tesouraria	553
32.3.4 Participação recíproca	554
32.3.5 Lucros não realizados	554
32.3.6 Resultados abrangentes	554

32.3.7 Reserva de ágio	555
32.3.8 Transações de capital e outras rubricas	557
32.4 Momento do registro do ajuste e tratamento tributário	558
32.5 Lucros e dividendos distribuídos	559
32.6 Equivalência patrimonial sobre valor justo adotado pela investida	559
32.7 Resultados na alienação e liquidação de investimentos	560
32.7.1 Alienação	563
32.7.2 Permuta	564
32.7.3 Liquidação	566
32.8 Ganho ou perda de capital por variação de percentual de participação	569
32.9 Variação cambial de investimento no exterior	569
32.10 Assunção de obrigações em razão de passivo a descoberto	571
32.11 Perdas por redução do valor recuperável	571
Capítulo 33	
ÁGIO, DESÁGIO, MAIS-VALIA, MENOS-VALIA E GANHO POR COMPRA VANTAJOSA	573
33.1 Regimes jurídicos e efeitos fiscais	573
33.2 Custo de aquisição, modo e eficácia da aquisição	575
33.2.1 Determinação do custo de aquisição	575
33.2.2 Aquisição de investimentos em etapas ou estágios	578
33.2.3 Modo de aquisição de ações ou quotas	579
33.2.4 Real adquirente e empresa-veículo	582
33.2.5 Eficácia da aquisição	583
33.3 Apuração e dedução do ágio por rentabilidade futura	586
33.3.1 O ágio como parte indissociável do investimento	587
33.3.2 O “ágio interno”	590
33.3.3 Fundamento econômico	592

33.3.4 Efeitos fiscais do ágio amortizado na contabilidade	595
33.3.5 Efeitos fiscais do ágio em caso de reorganização societária	596
33.4 Apuração da mais-valia	597
33.4.1 Registro contábil	598
33.4.2 Ativos e passivos a serem considerados	599
33.4.3 Critérios de apuração do valor justo	600
33.4.4 Realização econômica e efeitos fiscais	602
33.4.5 Incorporação, fusão ou cisão	603
33.4.6 Laudo de avaliação	607
33.5 Menos-valia	610
33.5.1 Menos-valia em reorganização societária	610
33.6 Deságio e ganho por compra vantajosa	611
33.6.1 Ganho por compra vantajosa	612
33.6.2 Ganho por compra vantajosa nas reorganizações societárias	613
33.7 Apuração do ganho ou perda de capital	613
33.8 Poderes de verificação da autoridade fiscal	614
Capítulo 34	
DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS	617
34.1 Natureza jurídica	617
34.2 Finalidade das normas	619
34.3 Pressupostos fundamentais	622
34.4 Pessoa ligada	623
34.4.1 Sócio ou acionista	624
34.4.2 Administrador ou titular da pessoa jurídica	624
34.4.3 Outras pessoas ligadas	625
34.4.4 Operações realizadas indiretamente com o acionista controlador	626
34.5 Valor de mercado	630

34.6 Hipóteses de distribuição disfarçada de lucros	634
34.6.1 Alienação de bens a pessoas ligadas	635
34.6.2 Aquisição de bens de pessoas ligadas	638
34.6.3 Não exercício de direito à aquisição de bem	639
34.6.4 Transferência de direito de subscrição de valores mobiliários	639
34.6.5 Pagamento de aluguel, <i>royalties</i> ou assistência técnica	640
34.6.6 Negócios em condições de favorecimento	640
34.6.7 Não incidência	641
34.7 Distribuição disfarçada de lucros e normas concorrentes	642
Capítulo 35	
AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	645
35.1 Introdução	645
35.2 Aumento do capital social em dinheiro, bens e direitos	646
35.3 Aumento de capital com lucros e reservas	648
35.4 Aumento do capital social em incorporação e fusão	650
35.5 Redução do capital social	650
35.6 Imposto de renda na fonte e na declaração	655
35.7 Distribuição de reserva de isenção do IRPJ	656
35.8 Rateio do acervo líquido por extinção de sociedade	657
35.9 Devolução de patrimônio de entidade isenta	658
Capítulo 36	
ATIVIDADE RURAL	659
36.1 Regime de tributação	659
36.2 Conceito de atividade rural	660
36.3 Resultado da atividade rural	662
36.4 Exaustão e depreciação de bens vegetais	665
36.5 Depreciação acelerada	671

36.6 Atualização dos estoques e crias nascidas	672
36.7 Compensação de prejuízos fiscais	673
Capítulo 37	
SOCIEDADES COOPERATIVAS	675
37.1 Regime jurídico societário	675
37.2 Atos cooperativos	676
37.3 IRPJ e CSLL devidos pelas cooperativas	679
37.4 Alienação de ativo imobilizado e aplicações financeiras	681
37.5 Receitas de aplicações financeiras e demais juros	682
37.6 Dividendos e juros sobre o capital recebidos	683
37.7 Sobras recebidas e rateio de perdas atribuídos a sociedades cooperadas	684
37.8 Despesas não dedutíveis	685
37.9 Subvenção para custeio	685
Capítulo 38	
LUCRO ARBITRADO	687
38.1 Hipóteses de arbitramento	687
38.2 Base de cálculo	690
38.3 Lucro arbitrado pela autoridade tributária	691
38.4 Ganhos de capital e outras receitas	693
38.5 Omissão de receitas	693
38.6 Arbitramento no caso de vendas diretas do exterior	694
Capítulo 39	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	697
39.1 Fundamento constitucional	697
39.2 Contribuintes	698

39.3 Imunidade e isenção	699
39.4 Período de apuração	701
39.5 Base de cálculo	701
39.5.1 Resultado ajustado	702
39.5.2 Base negativa de períodos anteriores	703
39.6 Lucro presumido e arbitrado	704
Capítulo 40	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	705
40.1 Conceito e limites	705
40.2 Desconsideração de atos ou negócios jurídicos	707
40.3 Abuso do direito	709
40.4 Simulação e dissimulação	710
40.5 Fraude	711
40.6 Negócio jurídico indireto	714
40.7 Essência em lugar da forma e propósito negocial	716
40.8 Penalidades e erro de proibição	718
Referências bibliográficas	725

